

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 358, DE 2006

Estende o piso salarial previsto na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social e servidores públicos, ativos e inativos.

Autor: Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator: Deputado DR. ROSINHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, obriga as unidades da federação que instituírem o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, a estenderem o benefício aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social e aos servidores públicos ativos e inativos que a ele fizerem jus.

Na Justificação, o autor ressalta a relevância social da medida, para evitar que se perpetue a discriminação contra esse importante segmento social. Entende que a unidade federativa que tenha condições de instituir piso salarial maior que o salário mínimo deve estender o benefício às aposentadorias, ficando a adequação de valores a cargo da União Federal.

O Projeto de Lei Complementar em tela, sujeito à apreciação do Plenário, foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.



93A2229040

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame, de indubitável alcance social, pretende assegurar a extensão do piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social e a servidores públicos ativos e inativos alcançados pela regra.

De acordo com a proposta, caberia aos Estados e ao Distrito Federal decidir pela extensão do benefício às categorias que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, e, à União, arcar com os custos da decisão adotada, relativamente aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social e aos servidores públicos federais, ativos e inativos, que passassem a perceber o referido piso salarial.

Em que pese a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, convém ressaltar que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 195, § 5º, que "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total." Dessa forma, qualquer lei que crie, majore ou estenda um benefício da previdência social, como o que ora analisamos, sem a devida previsão da fonte de financiamento total, será flagrantemente inconstitucional.

Destaque-se, ainda, que o *caput* do art. 201 do Texto Constitucional dispõe que "a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial...", prevendo, também, benefícios calculados sobre os salários de contribuição dos segurados devidamente atualizados. Não se justifica, portanto, que aquele que contribuiu sobre salários de contribuição inferiores ao piso salarial em questão tenham a garantia de recebimento de benefícios previdenciários de valor igual a esse novo piso.

Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabeleceu, como requisito a ser observado quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de



ação governamental que acarrete aumento de despesa, a apresentação dos seguintes estudos: estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos três exercícios subseqüentes; compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; demonstração da origem dos recursos para seu custeio, mediante aumento de receita ou redução de despesa; comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais (arts. 16 e 17).

Outrossim, a referida Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF considera “não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação” que não atendam às disposições sobre a despesa pública (art. 15).

Por oportuno, recomendamos que esta Comissão providencie, junto à Presidência da Casa, a distribuição deste Projeto de Lei também à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por tratar de matéria de seu campo temático.

Diante do exposto, votamos, pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 358, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado DR. ROSINHA

Relator



93A2229040